

Teses Equivocadas no Debate sobre Desindustrialização e Perda de Competitividade da Indústria Brasileira

*José Luis Oreiro**

*Nelson Marconi***

Resumo: O presente artigo tem por objetivo apresentar as teses da ortodoxia sobre a desindustrialização da economia brasileira, apontando a razão pela qual as mesmas são equivocadas. Como iremos argumentar ao longo deste artigo, a desindustrialização brasileira não é uma decorrência natural do processo de desenvolvimento, sendo de natureza precoce e causada, sobretudo, pela apreciação cambial decorrente da valorização dos termos de troca observada nos últimos anos. Além disso, a desindustrialização não é um fenômeno irrelevante sobre o desenvolvimento da economia brasileira no médio e longo-prazo, uma vez que a indústria não é um setor como outro qualquer, mas é o setor onde se observam os maiores níveis da produtividade do trabalho.

Palavras-Chave: Desindustrialização, Sobre-Valorização Cambial, Economia Brasileira.

Setembro de 2012

* Professor do Departamento de Economia da Universidade de Brasília, Pesquisador nível IC do CNPq e Vice-Presidente da Associação Keynesiana Brasileira. E-mail: joreiro@unb.br.

** Coordenador do curso de graduação em economia da Fundação Getúlio Vargas de São Paulo, Pesquisador do IPEA e Diretor da Associação Keynesiana Brasileira. E-mail: nmarconi@uol.com.br.

1 – Introdução

Na literatura econômica o termo desindustrialização tem sido empregado para explicar a perda relativa do emprego industrial nos países desenvolvidos desde 1970. Para Tregenna (2009) o conceito mais apropriado seria uma perda relativa persistente tanto do emprego quanto do valor adicionado. Além disso, a desindustrialização vem acompanhada por um forte crescimento do setor de serviços, inclusive nas exportações totais¹. Algumas vezes o processo de desindustrialização está associado também ao problema de ‘doença holandesa’². De acordo com Rowthorn e Ramaswamy (1999), na dinâmica do desenvolvimento, a desindustrialização pode ser vista como um fenômeno natural, pois à medida que os países aumentam de forma consistente a renda per capita, a elasticidade renda da demanda por produtos industrializados se reduz, o que leva a uma redução relativa da demanda por produtos industrializados. Além disso, o forte crescimento da produtividade no setor industrial acarreta uma queda nos preços relativos dos produtos industrializados, levando assim a uma redução da participação do setor industrial no valor agregado e no emprego total³.

No que se refere aos efeitos de longo-prazo do processo de desindustrialização, Oreiro e Feijó (2010) e Tregenna (2009) argumentam que a desindustrialização é vista como um problema para o crescimento das economias capitalistas pela literatura heterodoxa *à la Kaldor*, visto que na perspectiva ortodoxa a composição setorial da produção não é relevante para o crescimento econômico. Segundo Kaldor a indústria é o motor de crescimento de longo-prazo em função de quatro características fundamentais do setor industrial, a saber: i) presença de retornos crescentes de escala; ii) os efeitos de encadeamento pra frente e para trás na cadeia produtiva; iii) receptor e difusor do progresso tecnológico e iv) maior elasticidade-renda das exportações. Nesse contexto, um processo de desindustrialização reduz o crescimento potencial de longo prazo.

Palma (2005) aponta quatro explicações para a desindustrialização: i) realocação da mão de obra industrial para os serviços em função da crescente terceirização; ii) redução da elasticidade-renda da demanda por bens industrializados; iii) elevado crescimento da produtividade na indústria impulsionado pelas TIC’s e iv) nova ‘divisão’ internacional do trabalho. Com relação ao último aspecto poderíamos chamar de uma crescente especialização decorrente do comércio Norte-Sul⁴. Esses argumentos convergem não somente com os ‘fatos estilizados’ de Kaldor, mas também com as explicações de Rowthorn e Ramaswamy (1999) para a desindustrialização. No caso brasileiro e dos países do Cone Sul, o autor chama atenção, no entanto, para os choques externos ou mudanças estruturais como propulsoras de uma “desindustrialização precoce”.

¹ Ver Rowthorn e Wells (1987).

² O termo ‘doença holandesa’ se refere a um processo de desindustrialização precoce, conforme ocorreu na Holanda na década de 70 quando houve uma ‘reprimarização’ da pauta de exportações, decorrente da descoberta de recursos naturais [Nassif (2008)].

³ Dados os diversos conceitos de desindustrialização, Oreiro e Feijó (2010) chamam a atenção que não necessariamente a desindustrialização é algo ruim. A queda relativa da participação da indústria no produto e emprego por vir acompanhado por um aumento da participação de produtos com maior conteúdo tecnológico e valor adicionado na pauta de exportações. Entretanto, vale ressaltar, que este não é o caso brasileiro.

⁴ O ‘fato estilizado’ evidenciado nos modelos Norte-Sul é a maior elasticidade renda da demanda das importações para os países do Sul comparado aos do Norte, o que explica o desenvolvimento desigual [Dutt (2003)]. Estes modelos nos remetem também às ideias do modelo de comércio da teoria Ricardiana e ao pensamento Cepalino de deterioração dos termos de troca.

Nassif (2008) ressalta que, embora não haja consenso sobre a ocorrência de desindustrialização no caso brasileiro, a literatura tem procurado explicar o processo de desindustrialização como resultado tanto do modelo de substituição de importações, quanto do processo de abertura comercial e da política de câmbio apreciado combinado com a alta dos preços relativos das *commodities*. No entanto, ele conclui que a redução da participação da indústria no PIB ocorreu na segunda metade da década de 80, antes inclusive de mudanças estruturais, como a abertura comercial e o processo de estabilização, e deve-se principalmente à forte queda na produtividade do trabalho neste período. Na década de 90 o cenário foi diferente com o aumento da produtividade e queda nas taxas de investimento, ressalta o autor.

Vale ressaltar, no entanto, que a partir de 1999 a produtividade do trabalho no Brasil assume um comportamento instável, porém com níveis superiores do início da década de 90. O investimento também apresenta certa instabilidade e com uma trajetória de queda na década 90, atingindo o menor nível no último trimestre de 1999 (14,7% do PIB). Logo no primeiro trimestre de 2000 o investimento tem um forte crescimento, mas prossegue com uma tendência de queda, cuja recuperação somente ocorre a partir de 2004 e atinge maior nível no terceiro trimestre de 2008. Com a crise financeira mundial, que teve seu pior momento no último trimestre de 2008, o investimento sofre uma queda de cerca de dois pontos percentuais. O produto e o emprego relativo na indústria também apresentam queda, mas a maior redução se verificou na produtividade da indústria.

Nesse contexto, os autores contrários à tese de desindustrialização ressaltam que a perda relativa da indústria no emprego e produto total é resultado mais da falta de um ambiente macroeconômico favorável para a retomada do crescimento do que uma desindustrialização efetiva da economia brasileira. Este é um dos argumentos de Bonelli e Pessoa (2010) que reforçam a idéia de que a evidência, no caso brasileiro, quanto à tese de desindustrialização não é conclusiva. Para esses autores seria necessário distinguir três aspectos: i) se a redução relativa da indústria está associada à instabilidade macroeconômica; ii) se há uma tendência mundial de perda relativa da indústria da produção global e iii) se há um declínio persistente da atividade manufatureira. Considerando tais aspectos, os autores ressaltam que a perda da participação da indústria não foi tão intensa e ocorreu principalmente no período anterior a 1993, fase em que a economia brasileira quanto a mundial passou por crises externas e instabilidade macroeconômica.

Bresser-Pereira e Marconi (2008), por sua vez, argumentam que a desindustrialização no Brasil é resultado da ‘doença holandesa’. Eles afirmam que a ocorrência simultânea de câmbio apreciado e equilíbrio comercial seriam a prova da existência de ‘doença holandesa’ no Brasil. Os autores também destacam a mudança de política econômica iniciada na década de 90 favorecendo este cenário⁵. Do ponto de vista do comércio exterior os autores afirmam que o processo de abertura comercial proporcionou não somente um aumento das importações, mas favoreceu o aumento das exportações (novos mercados consumidores)⁶. Com relação à política cambial, o

⁵ O país passou de um regime de controle tarifário e cambial marcadamente de um modelo ISI para uma política de abertura comercial e regime de câmbio flutuante.

⁶ Desde 2002 o país vem acumulando saldo positivo na balança comercial e é somente após a crise de 2008 que esse quadro começa a se inverter. Moreira (1999) ressalta que o processo de abertura comercial favoreceu, principalmente, a importação nos setores intensivos em tecnologia e, nas exportações, àqueles mais intensivos em recursos naturais ou pouco intensivos em tecnologia e capital.

argumento dos autores é que a redução da taxa real de câmbio, o aumento da demanda externa, combinado com o aumento dos preços relativos das *commodities* e o crescimento da economia mundial contribuíram para o *boom* das exportações brasileiras até 2007. Apesar desse resultado favorável na balança comercial, a questão central é o efeito de uma taxa de câmbio apreciada sobre a produção industrial. Os autores apontam para um desestímulo da produção em setores menos competitivos⁷. Nesta perspectiva, um câmbio apreciado pode contribuir para um cenário de ‘doença holandesa’ porque mesmo não havendo a descoberta de novos recursos naturais, ocorreria uma tendência à especialização de exportação de produtos primários ou manufaturados intensivos em recursos naturais e mão de obra, favorecidos pela política cambial⁸.

A análise da literatura brasileira recente sobre o tema da desindustrialização parece deixar pouca margem para a dúvida a respeito da ocorrência efetiva desse processo (Oreiro e Feijó, 2010). Com efeito, uma vez aceita a definição usual de desindustrialização como um processo no qual ocorre uma redução da participação do valor adicionado na indústria no PIB e/ou do emprego industrial no emprego total, torna-se inquestionável que esse processo vem ocorrendo no Brasil, com maior ou menor intensidade, de forma linear ou não, desde o final da década de 1980.

Nos debates sobre a desindustrialização e a competitividade da indústria brasileira, os economistas de matriz teórica ortodoxa tem apresentado uma série de argumentos no sentido de negar a ocorrência do fenômeno da desindustrialização ou minimizar os efeitos desse fenômeno sobre o potencial de crescimento de longo-prazo da economia brasileira. Esses argumentos, embora nem sempre compatíveis entre si, constituem um conjunto de dez teses a respeito da situação atual da indústria brasileira. Com base nessas teses, a desindustrialização – se efetiva – seria decorrência natural do processo de desenvolvimento da economia brasileira, ou seja, do aumento da elasticidade renda da demanda de serviços que é induzida pelo crescimento da renda per-capita; e agravada pelo baixo dinamismo da produtividade do trabalho, decorrente da natureza semi-autárquica da economia brasileira. Nesse contexto, os salários reais tendem a crescer acima da produtividade do trabalho, aumentando assim o custo unitário do trabalho em moeda nacional, o que leva a uma deterioração crescente da competitividade da indústria. A apreciação observada da taxa real de câmbio observada nos últimos anos seria uma razão de ordem secundária - ou seja, não fundamental - para a perda de competitividade da indústria; mas seria relacionada com a própria lógica do Estado do Bem-Estar Social implantado *de jure* no Brasil com a Constituição de 1988 e *de facto* com os dois mandatos do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Dessa forma, a restauração da competitividade da indústria por intermédio da desvalorização da taxa de câmbio seria algo inviável do ponto de vista político. Por fim, argumenta-se que a desindustrialização, mesmo que irreversível, não teria efeitos negativos sobre o potencial de crescimento da economia brasileira, pois a indústria é um setor como outro qualquer, não sendo fundamental para um aumento sustentado da renda per-capita a médio e longo-prazo.

⁷ Rowthorn e Ramaswamy (1997) chamam atenção para um aspecto pouco mencionado acerca dos efeitos da apreciação cambial. Com certeza, neste contexto, um sintoma adicional para a verificação de ‘doença holandesa’ deveria estar associado ao crescimento do desemprego na economia. Pois se a desindustrialização não é um processo natural, então o setor de serviços não seria capaz de absorver essa mão de obra liberada da indústria.

⁸ Esse debate acerca do comportamento do câmbio e a possibilidade de especialização da estrutura das exportações tem ganhado espaço no cenário econômico principalmente a partir da descoberta das camadas de pré-sal.

Isso posto, o presente artigo tem por objetivo apresentar as teses da ortodoxia sobre a desindustrialização da economia brasileira, apontando a razão pela qual as mesmas são equivocadas. Como iremos argumentar ao longo deste artigo, a desindustrialização brasileira não é uma decorrência natural do processo de desenvolvimento, sendo de natureza precoce e causada, sobretudo, pela apreciação cambial decorrente da valorização dos termos de troca observada nos últimos anos. Além disso, a desindustrialização não é um fenômeno irrelevante sobre o desenvolvimento da economia brasileira no médio e longo-prazo, uma vez que a indústria não é um setor como outro qualquer, mas é o setor onde se observam os maiores níveis da produtividade do trabalho.

2 – As 10 Teses sobre a Desindustrialização e Perda de Competitividade da Indústria Brasileira.

Uma análise dos argumentos apresentados pela ortodoxia no debate sobre a desindustrialização e perda de competitividade da economia brasileira nos permite listar o seguinte conjunto de “Teses”:

1. A desindustrialização é um fenômeno mundial.
2. A economia brasileira não está se desindustrializando.
3. A desindustrialização brasileira é decorrência natural do seu estágio de desenvolvimento
4. A indústria é um setor como outro qualquer.
5. O caso da Austrália mostra que a industrialização não é fundamental para um país se tornar membro do primeiro mundo.
6. A desindustrialização brasileira não se deve a apreciação da taxa de câmbio.
7. A apreciação cambial no Brasil é similar a dos demais países emergentes.
8. A perda de competitividade da indústria brasileira deve-se ao baixo dinamismo da produtividade e ao crescimento dos salários.
9. A apreciação cambial é decorrente da implementação do “Estado do Bem-Estar Social”.
10. O câmbio apreciado veio pra ficar.

Esse conjunto de teses não se constitui num conjunto internamente consistente de proposições à medida que as mesmas refletem a posição de vários representantes da ortodoxia brasileira. Com efeito, enquanto alguns representantes da ortodoxia simplesmente negam a ocorrência do fenômeno da desindustrialização (Tese 2); outros aceitam a ocorrência do mesmo (Teses 1 e 3), mas minimizam o impacto desse fenômeno sobre o crescimento de longo prazo da economia brasileira (Teses 4 e 5) ou consideram que tal fenômeno é irreversível, resultante da implantação de facto do Estado do Bem-Estar Social na economia brasileira durante os dois mandatos do

Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e do baixo crescimento da produtividade do trabalho decorrente do caráter semi-autárquico da economia brasileira⁹.

As teses acima listadas apontam para a ideia a desindustrialização evidenciada pela economia brasileira (desconsiderando-se a tese 2) é um resultado natural do seu processo de desenvolvimento, ou seja, resultante do aumento da elasticidade renda da demanda dos serviços que é induzida pelo aumento do nível de renda per-capita. Nesse contexto, a desindustrialização ocorrida na economia brasileira seria reflexo de um fenômeno que ocorre em escala mundial, qual seja: a perda de importância da indústria no emprego total e no PIB dos diversos países. Admite-se, contudo, que a desindustrialização ocorrida no Brasil pode ser mais acentuada do que a observada no resto do mundo em função do caráter semi-autárquico da economia brasileira, o qual se traduz em ineficiência produtiva e baixo dinamismo da produtividade do trabalho. Nesse contexto, os salários reais crescem mais rapidamente do que a produtividade do trabalho, levando assim a um forte aumento do custo unitário do trabalho e, por conseguinte, a uma forte redução da competitividade da indústria brasileira.

A apreciação da taxa real de câmbio verificada nos últimos anos pode acentuar essa perda de competitividade, mas ela não é sua principal causa. Isso porque a apreciação cambial verificada no Brasil seria similar a observada nos demais países emergentes, de tal maneira que a competitividade relativa da economia brasileira não teria sido seriamente afetada pela mesma. Além disso, a apreciação cambial observada nos últimos anos seria de caráter permanente, o que inviabilizaria qualquer tentativa de corrigir o problema da perda de competitividade por intermédio de um ajuste da taxa real de câmbio. Com efeito, argumenta-se que a apreciação cambial resulta da forte valorização dos termos de troca da economia brasileira nos últimos anos, decorrente do crescimento econômico da China, e da implantação *de facto* do Estado do Bem-Estar Social no Brasil durante dos dois mandatos do Presidente Luiz Inacio Lula da Silva, o que teria levado a um aumento do preço dos bens *non-tradeables* com respeito aos bens *tradeables*.

Por fim, argumenta-se que a desindustrialização não teria nenhum efeito significativo sobre as perspectivas de crescimento de longo-prazo da economia brasileira pois não só a indústria é um setor como outro qualquer; como, além disso, a experiência histórica da Austrália mostra que a existência de um robusto setor industrial não é essencial para o desenvolvimento econômico no longo-prazo.

3 – A Economia Brasileira não está se desindustrializando?

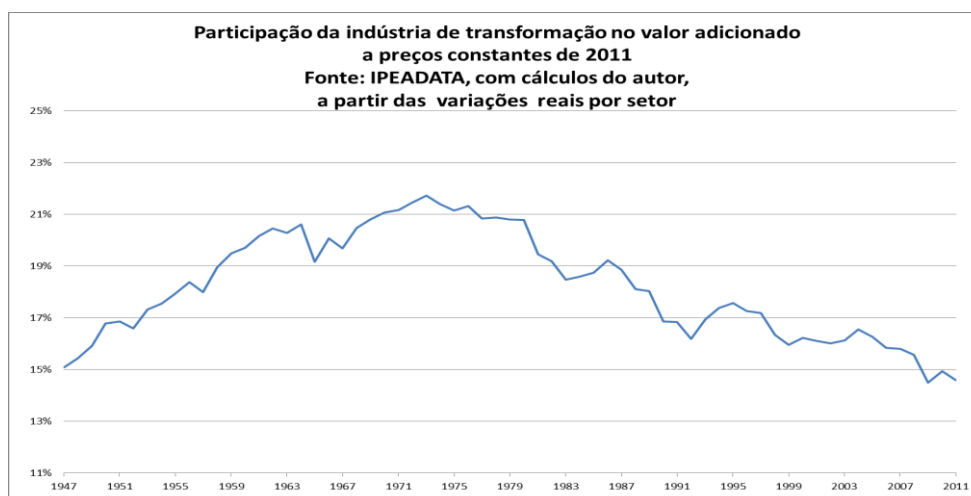
Para que possamos responder de forma clara a esta pergunta temos que definir, de forma precisa, o significado do termo desindustrialização. Conforme argumentamos na introdução deste artigo, a desindustrialização é definida como um processo de natureza estrutural no qual a participação da indústria no emprego e no PIB se reduz de forma consistente ao longo do tempo. Tal como ressaltado por Oreiro e Feijó (2010), a desindustrialização pode ou não vir acompanhada de re-primarização da pauta exportadora, a ocorrência desta última apenas reforça o caráter negativo da primeira.

Os dados da economia brasileira apontam tanto para a ocorrência de desindustrialização, como também para a re-primarização da pauta exportadora. Com efeito, a figura 1 abaixo mostra que a participação da indústria de transformação no

⁹ Alguns expoentes de uma ou mais dessas teses são Pessoa (2011) e Ferreira e Frageli (2012).

Valor Adicionado da economia brasileira a preços constantes vem se reduzindo de forma mais ou menos contínua desde o final da década de 1970.

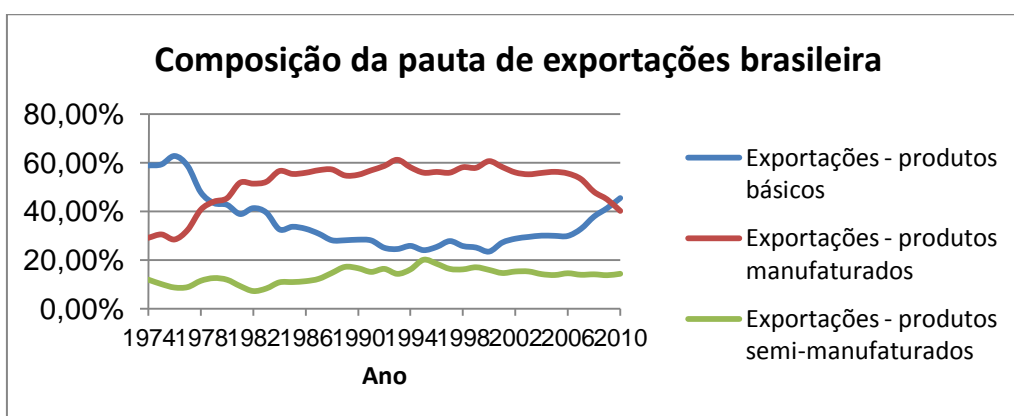
Figura 1



Fonte: Marconi e Rocha (2011).

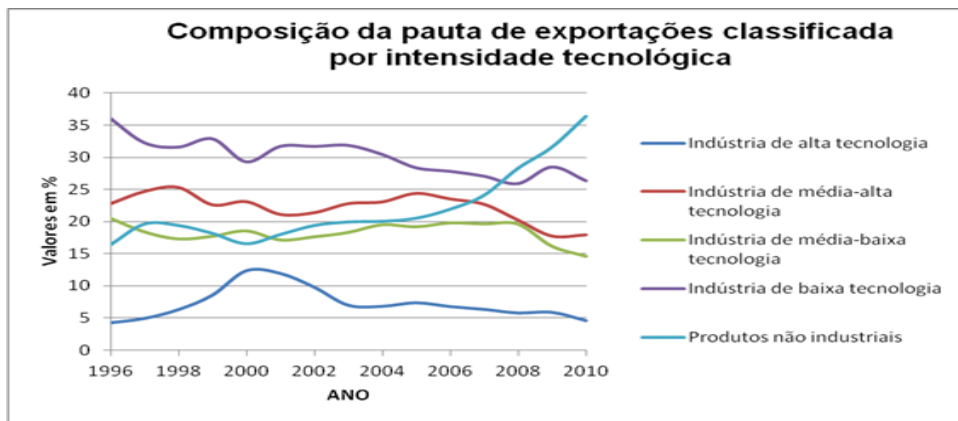
Esse movimento de perda de participação da indústria no Valor Adicionado apenas mais recentemente tem sido acompanhado por uma mudança na composição da pauta exportadora. Com efeito, conforme podemos observar na figura 2 abaixo, a participação dos produtos manufaturados na pauta exportadora começa a apresentar uma forte tendência de queda a partir de 2005, tendo sido superada pela participação dos produtos primários em 2009. O mesmo padrão se observa quando analisamos a composição da pauta de exportação por intensidade tecnológica. A figura 3 mostra claramente que os produtos de alta e média-alta tecnologia começaram a perder importância na pauta exportadora a partir de meados dos anos 2000. Em base nesses dados podemos afirmar que o Brasil voltou a ser uma economia primário-exportadora.

Figura 2



Fonte: Faria (2011).

Figura 3

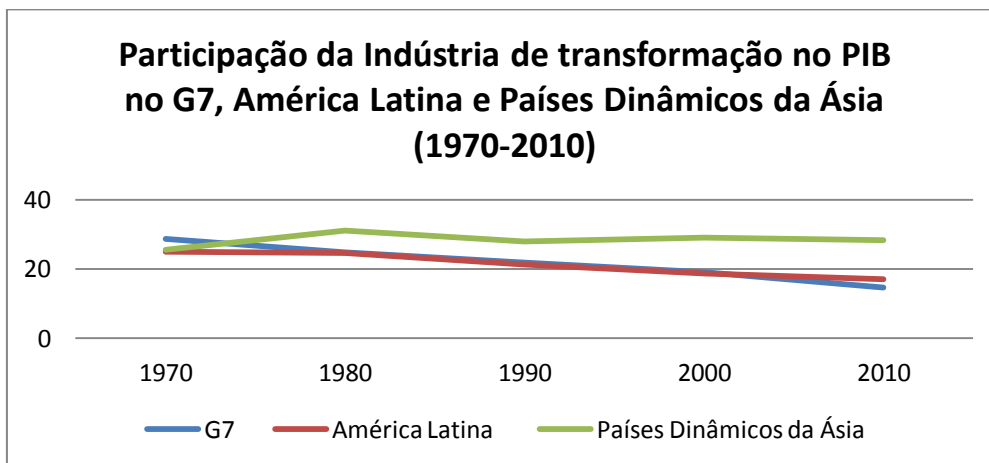


Fonte: Faria (2011).

4 – A Desindustrialização é um fenômeno mundial?

Não é verdade que a desindustrialização seja um fenômeno mundial. Conforme podemos verificar na figura 4 abaixo, enquanto a participação da indústria no PIB tem se reduzido nos países do G7 e na América Latina desde o final da década de 1970; nos países dinâmicos da Ásia ela tem permanecido relativamente estável ao longo do tempo. Dessa forma, o que tem sido observado a nível mundial não é a perda de importância da indústria, mas uma mudança da localização espacial da mesma do Ocidente para o Oriente, notadamente a Ásia.

Figura 4



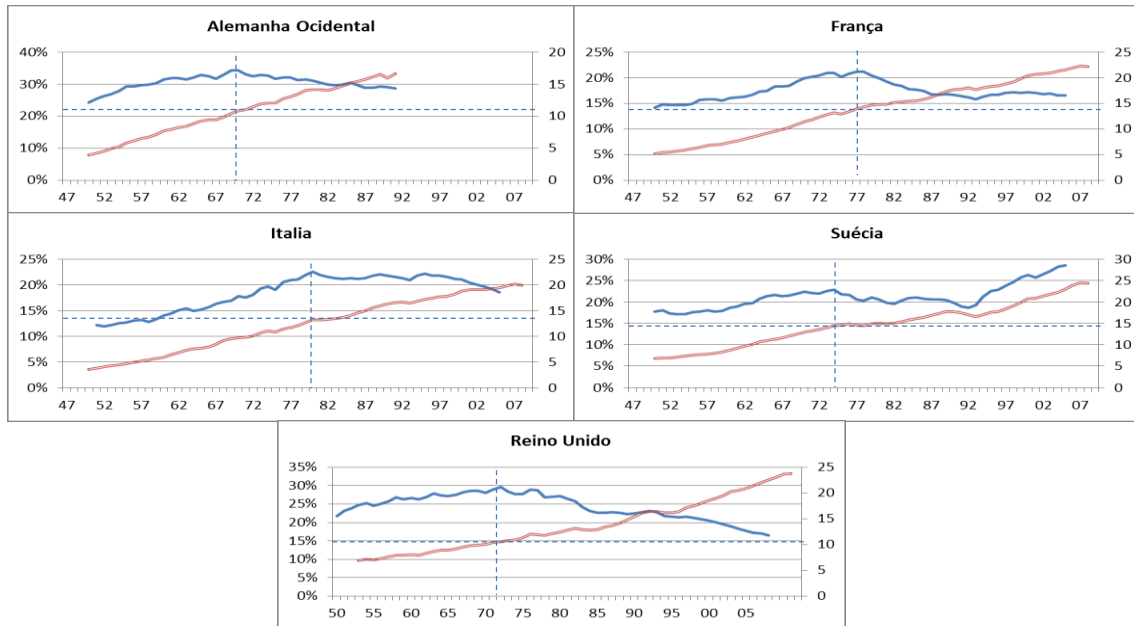
Fonte: Rocha (2011). Elaboração própria.

5 – A desindustrialização brasileira é decorrência natural do seu estágio de desenvolvimento?

O termo “desindustrialização precoce” foi criado originalmente por Palma (2005) para representar uma situação na qual a participação da indústria no emprego e/ou no valor adicionado de um determinado país começa a se reduzir a um nível de renda per-capita inferior ao verificado nos países desenvolvidos quando os mesmos

iniciaram o seu processo de desindustrialização. Conforme podemos verificar na figura 5 abaixo, a desindustrialização nos países desenvolvidos se inicia na primeira metade da década de 1970 com um nível de renda per-capita situado entre 10 a 15 mil dólares.

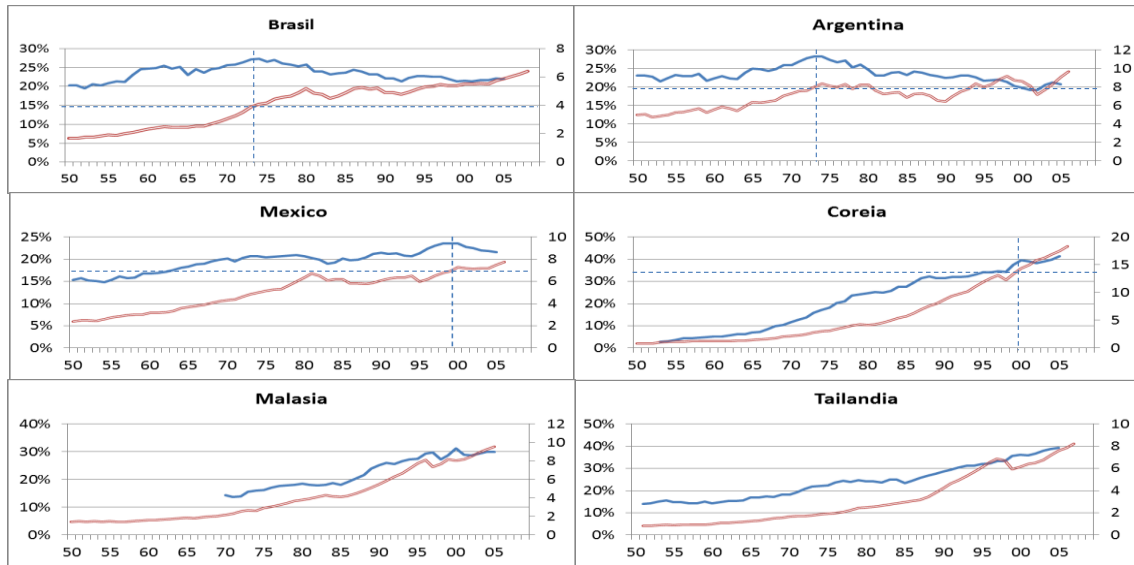
Figura 5: Participação da Indústria de Transformação no Valor Adicionado e Renda Per-Capita (US\$ milhares) em Países Seleccionados (1947-2007).



Fonte: Marconi e Rocha (2011).

Os dados disponíveis para a economia brasileira mostram claramente que a desindustrialização ocorrida no Brasil é precoce. Conforme podemos visualizar na figura 6 abaixo, a participação da indústria de transformação no valor adicionado da economia brasileira começou a se reduzir ao longo da década de 1970 a um nível de renda per-capita em torno de US\$ 4 mil. Não só se trata de um valor bastante inferior ao observado nos países desenvolvidos quando os mesmos iniciaram o seu processo de desindustrialização, como também inferior ao verificado em outros países em desenvolvimento.

Figura 6: Participação da Indústria de Transformação no Valor Adicionado e Renda Per-Capita (US\$ milhares) em Países Selecionados (1947-2007).



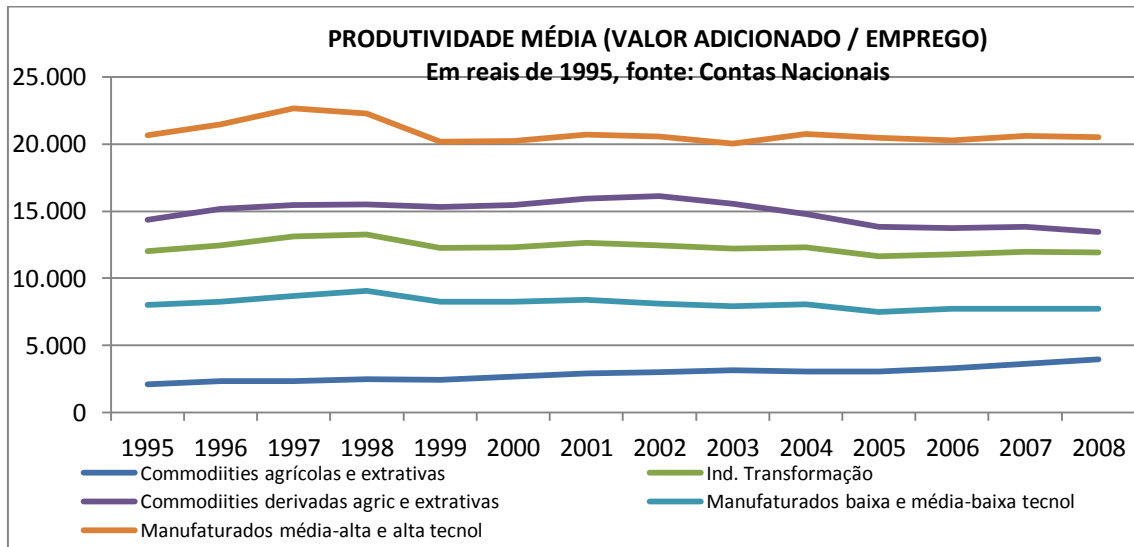
Fonte: Marconi e Rocha (2011).

6 – A Indústria é um Setor como outro qualquer?

Um argumento que recorrentemente aparece no debate brasileiro sobre desindustrialização é que a indústria é um setor como outro qualquer de forma que a redução da participação da mesma no emprego e no valor adicionado não tem maiores consequências para o crescimento de longo-prazo. Dessa forma, o aumento da importância do setor de serviços e das atividades primárias na economia brasileira nos últimos anos não deve ser vista como fonte de preocupação para os formuladores de política econômica, pois não sinalizam uma redução do potencial de crescimento da economia brasileira.

Não é verdade, contudo, que a indústria seja um setor como outro qualquer. Com efeito, quando olhamos para a relação valor adicionado/emprego – a medida relevante de produtividade numa economia moderna – constatamos que o valor dessa relação para a indústria de transformação é aproximadamente três vezes maior do que o prevalente na produção de commodities agrícolas e extrativas (Ver figura 7). Isso significa que uma re-alocação de recursos da indústria de transformação para as atividades primárias – processo típico de economias que sofrem de desindustrialização causada por “doença holandesa” – deverá produzir uma redução da produtividade média do trabalho na economia como um todo e, portanto, uma redução dos níveis de renda per-capita.

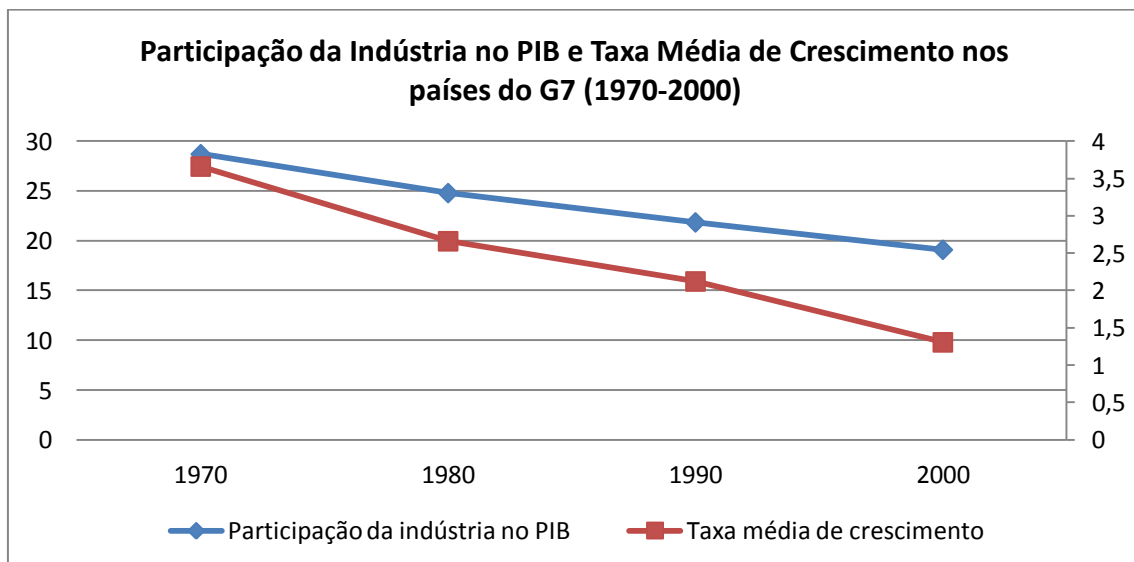
Figura 7



Fonte: Marconi e Rocha (2011).

Além disso, os dados também parecem desautorizar a tese de que a desindustrialização não tem efeito sobre as perspectivas de crescimento de longo-prazo de uma economia. Com efeito, conforme podemos visualizar na Figura 8 abaixo, a taxa média de crescimento do PIB real e a participação da indústria de transformação no PIB nos países do G7 apresentam uma clara correlação positiva no período 1970-2000, onde se constata que a redução observada da taxa de crescimento do PIB desse grupo de países foi acompanhada por uma redução bastante significativa da participação da indústria de transformação no PIB dessas economias.

Figura 8



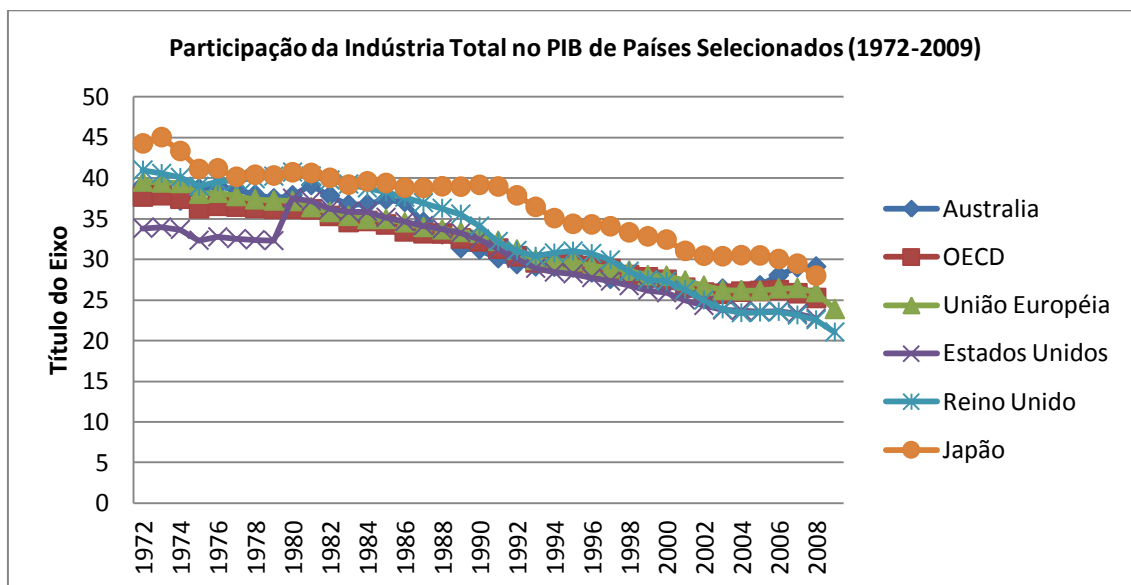
Fonte: Rocha (2011). Elaboração própria.

Um último argumento nessa mesma linha se refere ao caso Australiano. Ouve-se com frequência a objeção a tese de que a industrialização é fundamental para o desenvolvimento econômico de longo-prazo que a Austrália seria a demonstração de

como um país rico em recursos naturais, com uma participação pequena do setor industrial, pode se tornar uma economia desenvolvida.

Outra vez essa assertiva não corresponde aos fatos. Quando comparamos a participação da indústria no PIB da Austrália com a prevalecente em outros países desenvolvidos (figura 9) constatamos que o caso Australiano não difere em nada da experiência dos demais países do primeiro mundo. Com efeito, a Austrália tem uma participação da indústria no PIB similar a prevalecente nos Estados Unidos, exemplo, por excelência, de economia industrial.

Figura 9



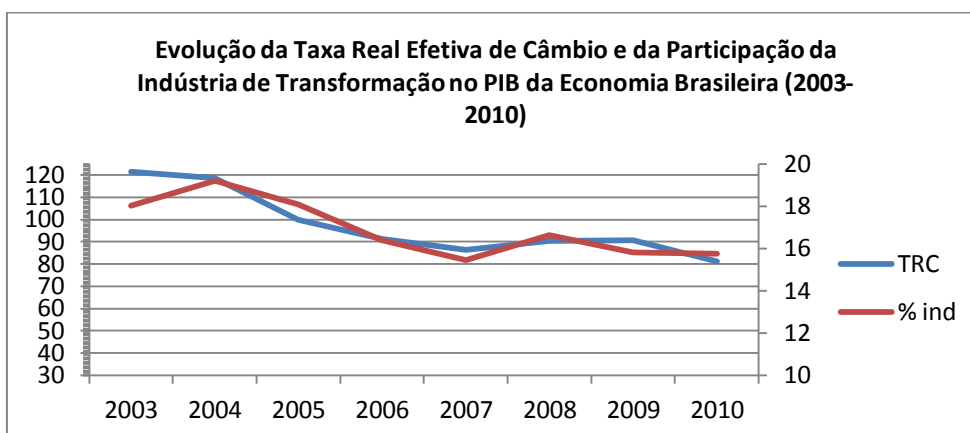
Fonte: Banco Mundial. Elaboração própria.

7 - A Desindustrialização Brasileira não se deve a Apreciação da Taxa Real de Câmbio?

Esta talvez seja a tese mais difundida entre os economistas ortodoxos brasileiros. Atualmente poucos são os que negam a desindustrialização da economia brasileira, mas afirmam que a mesma não está relacionada com a forte valorização da taxa de câmbio ocorrida desde 2005.

Mais uma vez essa tese parece ser pouco robusta. Quando comparamos a evolução da taxa real efetiva de câmbio e a participação da indústria de transformação no PIB da economia brasileira no período 2003-2010 (figura 10); constatamos que a forte apreciação da taxa real de câmbio nesse período foi seguida por uma queda bastante pronunciada da participação da indústria de transformação no PIB. Está claro a olho nu que a forte apreciação da taxa real de câmbio no período é um fator importante para explicar a desindustrialização da economia brasileira nesse período.

Figura 10



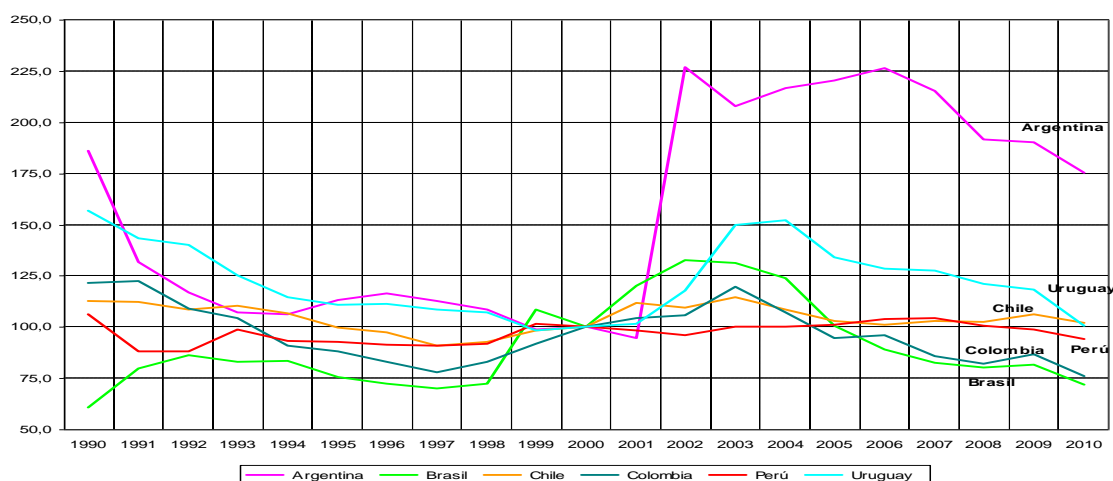
Fonte: Ipeadata. Elaboração própria.

Ainda no que diz respeito a questão da apreciação da taxa real de câmbio, uma tese bastante difundida é que a apreciação do câmbio real observada no Brasil é similar a ocorrida nos demais países emergentes, razão pela qual a competitividade relativa da indústria brasileira não teria sido afetada pelo comportamento da taxa de câmbio.

Essa tese também não corresponde aos fatos. Com efeito, conforme podemos visualizar na figura 11 abaixo extraída de Frenkel e Rapetti (2011), tomando o ano 2000 como base da série, observa-se que a taxa real de câmbio no Brasil foi a que mais se apreciou num conjunto de seis economias latino-americanas no período 2000-2010.

Figura 11

**Tipos de cambio real efectivos (CEPAL). América del Sur
(100=2000)**



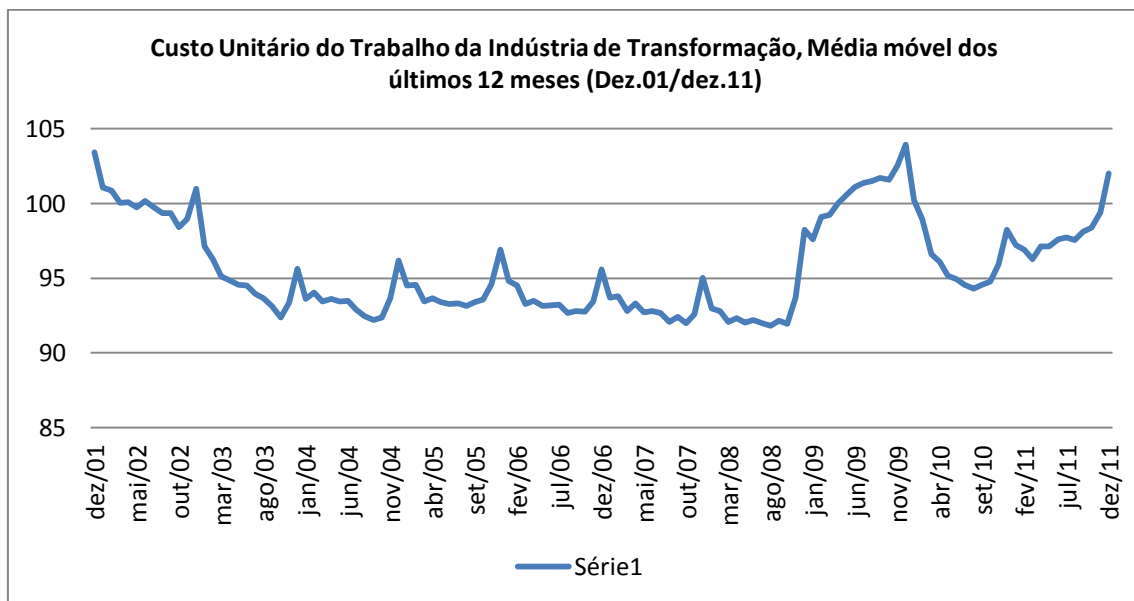
Fonte: Frenkel e Rapetti (2011).

8 - A perda de competitividade da indústria brasileira deve-se ao baixo dinamismo da produtividade e ao crescimento dos salários?

Essa tese também é bastante difundida, mesmo entre economistas heterodoxos. De acordo com essa tese, a desindustrialização brasileira seria resultado da perda de competitividade da indústria que decorre do crescimento dos salários acima da produtividade, ou seja, *do aumento do custo unitário do trabalho medido em moeda nacional*.

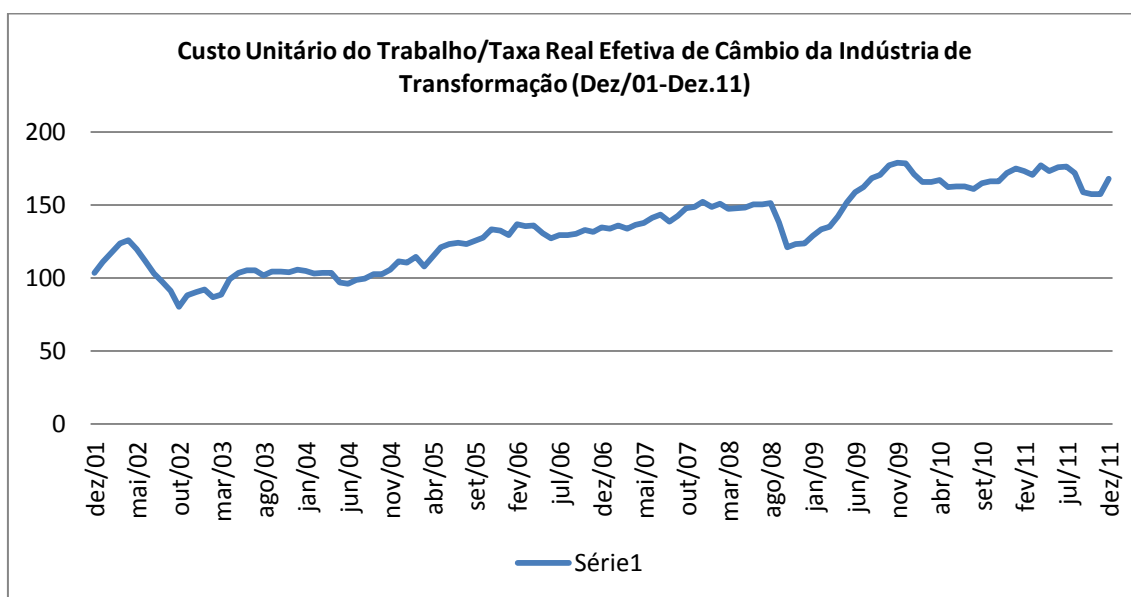
Essa tese também não adere aos fatos. Com efeito, quando olhamos para a série de custo unitário do trabalho da indústria brasileira de transformação no período compreendido entre 12/2001 a 12/2011 (Figura 12) não se constata nenhuma tendência de aumento da variável em questão. Com efeito, o índice prevaiente no final do período é similar ao prevaiente no início do período. Contudo, quando olhamos para a série custo unitário do trabalho/taxa real efetiva de câmbio (Figura 13) constatamos que no período em consideração a mesma constatou um aumento de cerca de 60%. Daqui se segue que a razão fundamental para a perda de competitividade da indústria brasileira é a apreciação da taxa real de câmbio, não o crescimento dos salários acima da produtividade.

Figura 12



Fonte: CEMACRO. Elaboração própria.

Figura 13



Fonte: CEMACRO. Elaboração própria.

9 - A apreciação cambial é decorrente da implantação do “Estado do Bem-Estar Social”?

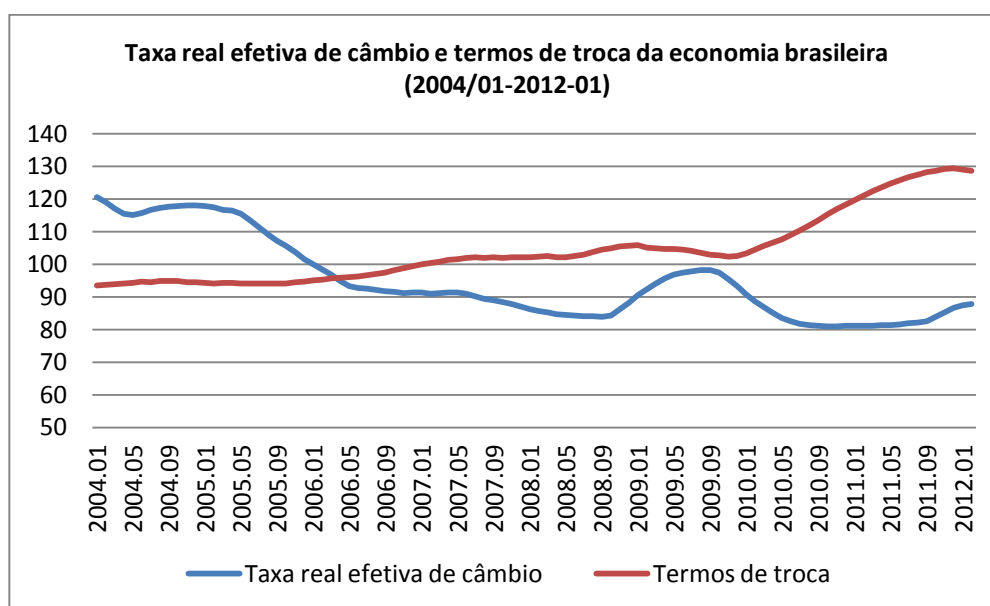
Essa tese se baseia no seguinte raciocínio. A implantação do Estado do Bem-Estar Social no Brasil após a promulgação da Constituição de 1988 teria produzido uma estrutura perversa de incentivos (ampla cobertura previdenciária, seguro-desemprego, etc) que desencorajam a abstenção de consumo presente e fazem com que a taxa doméstica de poupança no Brasil seja baixa. Dessa forma, o equilíbrio macroeconômico entre oferta e demanda agregada exige uma elevada taxa real de juros, o que cria um grande diferencial positivo entre a taxa de juros doméstica e a taxa de juros internacional. Numa economia aberta com mobilidade de capitais, como a brasileira, esse diferencial de juros cria enormes incentivos para a entrada de capitais especulativos, os quais tendem a apreciar a taxa real de câmbio. Dessa forma, a apreciação cambial e, conseqüentemente, a perda de competitividade da indústria nacional, seria o subproduto do Estado do Bem-Estar Social brasileiro.

A premissa de que o Brasil sofre de um problema de escassez crônica de poupança doméstica devido aos incentivos perversos produzidos pela Constituição de 1988 não parece ser uma hipótese plausível. Do ponto de vista da teoria keynesiana, tal como os gastos agregados determinam a renda global da economia, a poupança agregada resulta das decisões empresariais de investimento. De fato, ao observarmos o comportamento da taxa de investimento e da poupança bruta no Brasil entre o 1º trimestre de 2000 e o 1º trimestre de 2011, constatamos que (i) as flutuações da taxa de poupança são mais intensas do que as flutuações da taxa de investimento, mas, grosso modo, as flutuações da última acompanham as flutuações da primeira, e (ii) a taxa de poupança bruta apresenta dois momentos de intensa variação, a saber, entre o 1º trimestre de 2003 e o 1º trimestre de 2004, período no qual ela apresenta um forte aumento de 4%; e o 1º trimestre de 2008 e o 1º trimestre de 2009, período em que a taxa de poupança sofre uma redução bastante significativa de 4,2%. Essas mudanças súbitas na taxa de poupança bruta não podem ser atribuídas a mudanças no Estado do Bem-

Estar, mas sim a evolução da taxa real de câmbio, da taxa de inflação e da política tributária do governo. Com efeito, o início do governo Lula se caracterizou pela combinação de taxa real de câmbio depreciada e taxa de inflação relativamente alta (ainda que em declínio), fatores que combinados deprimem o salário real, produzindo assim uma redução do consumo privado e, conseqüentemente, um aumento da poupança doméstica privada. Entre 2008 e 2009, a redução da taxa de poupança pode ser explicada pelas medidas temporárias de desoneração tributária para estimular o consumo de alguns bens duráveis de maneira a combater os efeitos da crise financeira mundial. Findos os programas de redução temporária de tributos, observa-se uma recuperação significativa da taxa de poupança bruta, a qual aumenta 2,2% entre o 1º trimestre de 2009 e o 1º trimestre de 2011.

O comportamento da taxa real de câmbio nos últimos anos parece estar mais relacionado com a dinâmica recente dos termos de troca da economia brasileira. Com efeito, conforme visualizamos na Figura 14 abaixo, os termos de troca se valorizaram em aproximadamente 40% no período compreendido entre janeiro de 2004 e janeiro de 2012. No mesmo período, a taxa real efetiva de câmbio apresentou uma valorização de aproximadamente 25%. Dessa forma, a valorização dos termos de troca, não as políticas sociais do Estado Brasileiro, parece ser a principal causa da apreciação da taxa real de câmbio e, conseqüentemente, da perda de competitividade da indústria nacional.

Figura 14



Fonte: IPEADATA. Elaboração própria.

10 – A Apreciação Cambial veio pra ficar?

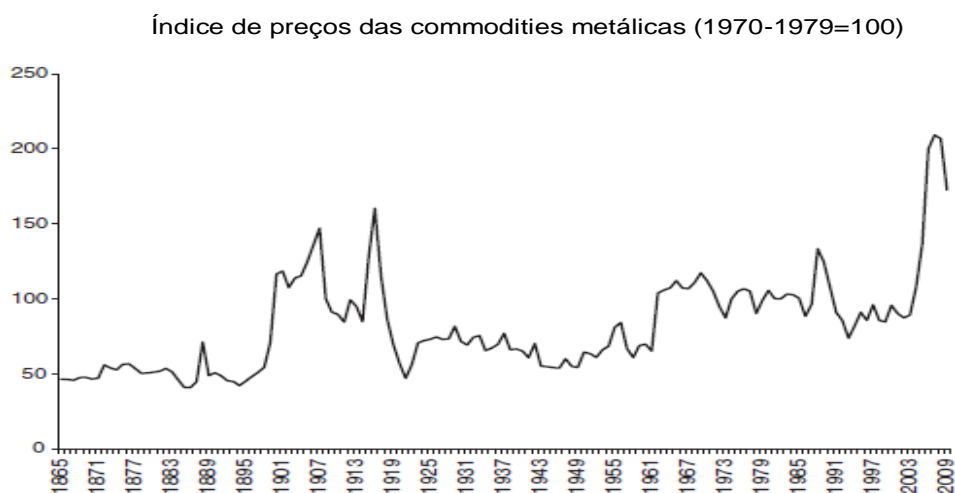
Um último argumento que se apresenta nos debates sobre a desindustrialização da economia brasileira é que a apreciação cambial ocorrida nos últimos anos é de caráter permanente – fruto da valorização dos termos de troca – de maneira que a competitividade da indústria brasileira não pode ser alterada por intermédio de mudanças na taxa de câmbio. Dessa forma, a opção seria aumentar a produtividade da indústria – provavelmente por (sic) novas rodadas de abertura comercial – ou então aceitar a continuidade do processo de desindustrialização.

Não cabe aqui discutir as políticas que poderiam ser usadas para reverter a apreciação cambial resultante de melhoria dos termos de troca¹⁰. Iremos nos limitar a argumentar que não existem bases para afirmar que a apreciação cambial experimentada nos últimos anos pela economia brasileira é de caráter permanente.

Para tanto, consideremos as figuras 15 e 15 abaixo, as quais apresentam o comportamento dos preços das commodities metálicas e dos produtos agrícolas tropicais e não tropicais no período 1865-2009. No caso das commodities metálicas o comportamento recente do preço das mesmas é claramente atípico, encontrando-se muito acima da média histórica, a qual não apresenta nenhuma tendência de aumento ou redução ao longo do tempo. Já no caso dos produtos agrícolas tropicais e não tropicais, observa-se desde o início do século XX uma clara tendência a queda de preços, a qual foi parcialmente interrompida no início do século XXI.

Esse comportamento do preço das commodities metálicas e dos produtos agrícolas tropicais e não tropicais explica a melhoria dos termos de troca observada na economia brasileira após 2003, sendo assim uma das razões pelas quais a taxa real de câmbio apresentou uma forte tendência a apreciação nos últimos anos. Mas é pouco provável que esse estado de coisas dure indefinidamente. Em algum momento o preço das commodities metálicas deve retornar a média histórica e os preços dos produtos agrícolas tropicais e não tropicais devem continuar a sua tendência de queda. Quando isso ocorrer, os termos de troca da economia brasileira deverão apresentar uma sensível piora, revertendo assim a tendência a apreciação da taxa real de câmbio.

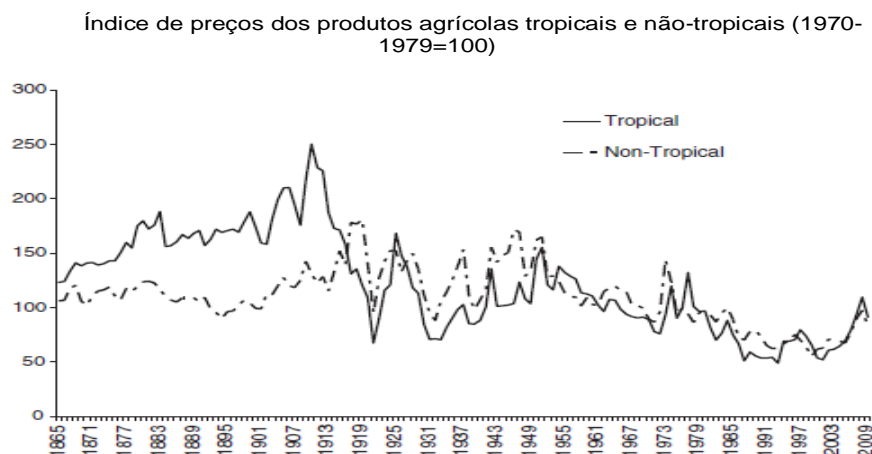
Figura 15



Fonte: *The terms of trade for commodities since the MID-19th Century*.
Elaboração: Ocampo e Parra (2010).

¹⁰ A essa respeito ver Bresser-Pereira (2008).

Figura 16



Fonte: *The terms of trade for commodities since the MID-19th Century*.
Elaboração: Ocampo e Parra (2010).

11 – Comentários Finais.

Ao longo deste artigo fizemos uma crítica das diversas teses que os economistas ortodoxos apresentam no debate a respeito da desindustrialização da economia brasileira. Embora essas teses não sejam necessariamente compatíveis entre si, elas apresentam um denominador comum, qual seja a ideia de que a desindustrialização – se efetiva – seria decorrência natural do processo de desenvolvimento da economia brasileira, ou seja, do aumento da elasticidade renda da demanda de serviços que é induzida pelo crescimento da renda per-capita; e agravada pelo baixo dinamismo da produtividade do trabalho, decorrente da natureza semi-autárquica da economia brasileira. Nesse contexto, os salários reais tenderiam a crescer acima da produtividade do trabalho, aumentando assim o custo unitário do trabalho em moeda nacional, o que leva a uma deterioração crescente da competitividade da indústria. A apreciação da taxa real de câmbio observada nos últimos anos seria uma razão de ordem secundária - ou seja, não fundamental - para a perda de competitividade da indústria; mas estaria relacionada com a própria lógica do Estado do Bem-Estar Social implantado *de jure* no Brasil com a Constituição de 1988 e *de facto* com os dois mandatos do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Dessa forma, a restauração da competitividade da indústria por intermédio da desvalorização da taxa de câmbio seria algo inviável do ponto de vista político. Por fim, argumenta-se que a desindustrialização, mesmo que irreversível, não teria efeitos negativos sobre o potencial de crescimento da economia brasileira, pois a indústria é um setor como outro qualquer, não sendo fundamental para um aumento sustentado da renda per-capita a médio e longo-prazo.

Contrariamente a essas teses, argumentamos que:

1. A participação da indústria brasileira de transformação no PIB vem caindo continuamente desde meados da década de 1970, caracterizando assim um claro processo de desindustrialização.
2. Nos últimos 10 anos, a desindustrialização tem sido acompanhada de re-primarização da pauta exportadora.

3. A desindustrialização brasileira é precoce quando comparada com processos similares ocorridos nos países desenvolvidos, pois se iniciou num nível de renda per capita bem inferior ao observado nos países desenvolvidos quando os mesmos começaram a se desindustrializar.
4. Existem evidências fortes de que a desindustrialização brasileira está fortemente associada a sobre-valorização cambial.
5. A perda de competitividade da indústria de transformação no período 2001-2011 deve-se fundamentalmente a apreciação da taxa real de câmbio, embora o crescimento dos salários reais a frente da produtividade do trabalho pós-2008 tenha contribuído para acelerar esse processo.
6. A produtividade do trabalho na indústria de transformação permaneceu estagnada no período 1995-2008 resultado dos baixos investimentos feitos na ampliação/modernização da capacidade produtiva.
7. A participação da indústria de transformação no emprego total permaneceu inalterada no período 1995-2008 porque a indústria de transformação atendeu ao aumento das vendas com maior utilização da capacidade, mas sem realizar investimentos na ampliação/modernização da capacidade produtiva.
8. A indústria de transformação investiu pouco nesse período devido a combinação câmbio sobre-valorizado/juro real alto.

Referências Bibliográficas

- BONNELLI, R. & PESSOA, S. A. (2010). “Desindustrialização no Brasil: Um Resumo da Evidência”. *FGV: Texto para Discussão n. 7*.
- BRESSER-PEREIRA, L.C (2008). “The Dutch Disease and Its Neutralization: a Ricardian Approach”, *Revista de Economia Política*, Vol. 28, N.1.
- BRESSER-PEREIRA, L.C & MARCONI, N. (2008). “Existe doença holandesa no Brasil?”. *Anais do IV Fórum de Economia de São Paulo, Fundação Getúlio Vargas: São Paulo*
- DUTT, A. K. (2003). “Income elasticities of imports, North-South trade and uneven development”. In: *Development Economics and Structuralist Macroeconomics: Essays in Honor of Lance Taylor*. Amitava Krishna Dutt & Jaime Ros (Eds.). Edward Elgar: Alserhot.
- FARIA, R.C (2011). “O papel da inflação de *commodities* no crescimento econômico brasileiro e a ausência de reformas estruturais”. *Trabalho de Conclusão de Curso de graduação*, Departamento de Economia, Universidade de Brasília.
- FERREIRA, P.C; FRAGELLI, R. (2012). “Desindustrialização e Conflito Distributivo”. *Valor Econômico*, 18 de abril.

- FRENKEL, R; RAPETTI, M. (2011). “Fragilidad externa o desindustrialización: Cual es la principal amenaza de América Latina em la próxima década?”. *Working Paper*, Centro de Estudios de Estado y Sociedad (CEDES), Argentina.
- MARCONI, N; ROCHA, M. (2011). “Desindustrialização precoce e sobrevalorização da taxa de câmbio”. Texto para Discussão n.1681, IPEA/DF.
- MOREIRA, M. (1999). “A indústria brasileira nos anos 90: o que já foi feito?” In: GIAMBIAGI, F.; MOREIRA, M. (Orgs.). A economia brasileira nos anos 90. BNDES.
- NASSIF, A. (2008). “Há evidências de desindustrialização no Brasil?”. *Revista de Economia Política*. vol. 28, n.1 (109), pp. 72-96, January-March.
- OCAMPO, JOSÉ ANTONIO; PARRA, MARIÁNGELA. (2010) “The terms of trade for Commodities since the MID-19th century”. *Journal of Iberian and Latin American Economic History*, vol 28, nº 1, p 11-43.
- OREIRO, J.L & FEIJÓ, C. (2010). “Desindustrialização: conceituação, causas, efeitos e o caso brasileiro”. *Revista de Economia Política*, Vol.30, n.2.
- PALMA, G. (2005). “Quatro fontes de desindustrialização e um novo conceito de doença holandesa”. *Conferência de Industrialização, Desindustrialização e Desenvolvimento*, Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, Agosto.
- PESSOA, S. (2011). “A Estabilização Incompleta”. Valor Econômico, 14 de junho.
- ROCHA, I. (2011). “Some reflections about the economic development in Emerging Economies”. *Working paper*, Cambridge University, Reino Unido.
- ROWTHORN, R; RAMASWANY, R (1999). “Growth, Trade and Deindustrialization”. *IMF Staff Papers*, Vol. 46, N.1.
- ROWTHORN, R. & WELLS, J. (1987). “Deindustrialization and foreign trade”. Cambridge, Cambridge University Press.
- TREGENNA, F. (2009). “Characterizing deindustrialization: an analysis of changes in manufacturing employment and output internationally”. *Cambridge Journal of Economics*, Vol. 33 (3) p. 433-466.